

IMPAIRMENT TEST – TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS, DE ACORDO COM O CPC 27

IMPAIRMENT TEST - ASSET RECOVERABILITY TEST, ACCORDING TO CPC 27

DOUGLAS DA LUZ OLIVEIRA¹; GABRIEL JONI TAVARES DA SILVA²
LEONARDO VITOR ROCHA DE OLIVEIRA³; CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS⁴

RESUMO

Diante das várias mudanças na legislação contábil no Brasil em busca do alinhamento as normas internacionais trouxeram assim diversos aspectos na contabilidade brasileira. Com isso ocorreu a necessidade de realizar o estudo referente ao *Impairment Test*. O objetivo desse artigo foi compreender os diversos fundamentos que levam uma entidade a fazer o teste de recuperabilidade em seus ativos evidenciados em suas demonstrações contábeis. A análise feita baseou-se em demonstrações financeiras divulgadas pela empresa Braskem S.A listada na B3 Bovespa, informações essas referente ao final do exercício de 2020. A pesquisa foi definida descritiva identificando diversas variáveis que ocorrem durante o processo de avaliação de desvalorização de seus Ativos. Para o auxílio da explicação conteúdo, foram elaboradas tabelas evidenciando as empresas que tiveram reconhecimento de perdas. Concluiu-se que a importância de cada vez mais as empresas se adequarem aos CPC 01 (R1) – Redução do valor recuperável de ativos e o CPC 27 – Ativo Imobilizado e avaliar ao final de cada período indicações de desvalorização.

Palavras chaves: Teste de Recuperabilidade, Normas Internacionais, CPC 01, CPC 27.

ABSTRACT

Given the various changes in the accounting legislation in Brazil in search of alignment with international standards, this brought several aspects in Brazilian accounting. With this occurred the need to conduct a study on the Impairment Test. The objective of this article was to understand the several fundamentals that lead an entity to perform the recoverability test on its assets evidenced in its accounting statements. The analysis was based on financial statements disclosed by the company Braskem S.A. listed on B3 Bovespa, information referring to the end of the year 2020. The research was defined as descriptive, identifying several variables that occur during the devaluation evaluation process of its Assets. To help explain the content, tables were drawn up showing the companies that had a recognition of losses. It was concluded that the importance of companies increasingly adapting to CPC 01 (R1) - Reduction of the recoverable value of assets and CPC 27 - Fixed Assets and evaluate at the end of each period indications of devaluation.

Keywords: *Impairment Test, International Standards, CPC 01, CPC 27.*

¹ Acadêmico do curso de ciências contábeis da Facunicamps. Email: douglas_gecontcontabil@hotmail.com

² Acadêmico do curso de ciências contábeis da Facunicamps. Email: gabriel.joni@outlook.com

³ Acadêmico do curso de ciências contábeis da Facunicamps. Email: leonardovitorro@gmail.com

⁴ Professora da Facunicamps. Email: cristina.santos@facunicamps.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no contexto de globalização, fizeram-se imprescindíveis as adequações e a harmonia das normas de contabilidade brasileira às normas internacionais. Tendo em vista a ascensão do mercado de ações, o crescimento da entrada de capitais internacionais no Brasil, e em escala global, o aumento da movimentação de altas porções de capitais entre os países. Dessa forma, foram desenvolvidas algumas ações em prol ao estabelecimento dos empresários no mercado, tais como: a fusão, a aquisição e a reestruturação das empresas dando o surgimento do *Impairment Test*.

Impairment Test é conhecido como o teste de recuperabilidade de ativos, através da promulgação da Lei nº 11.638/07, que altera a lei das Sociedades por Ações. Dessa maneira, o teste de recuperabilidade de ativos tem o objetivo de assegurar que os ativos registrados nas representações contábeis não estejam avaliados, monetariamente, superiores ao valor recuperável por uso ou por venda.

Teoricamente, o teste de recuperabilidade trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo. Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados, antes de contabilizá-los no balanço patrimonial. Este aponta o valor contábil, que é o valor do bem registrado na contabilização, ajustado por sua respectiva depreciação (para ativos imobilizados) ou amortização (para ativos intangíveis). No entanto, esse valor pode estar em desacordo com a realidade e, para corrigir essa distorção e manter a autenticidade das demonstrações contábeis, o *Impairment Test* busca comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Desta forma, a realização do teste de recuperabilidade dos ativos pelas empresas se torna essencial, considerando-se o novo contexto mundial, com maior tendência à manipulação da informação contábil.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é estudar a aplicação do teste recuperabilidade no ativo imobilizado, para a correta harmonização das normas de contabilidade brasileira às normas internacionais. E os objetivos específicos são buscar as definições teóricas do *Impairment Test* e mostrar como o teste de recuperabilidade é tratado pelas normas brasileiras, a fim de reiterar o tema e deixar evidente o propósito do desenvolvimento desse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é uma conta do balanço patrimonial, onde são listadas as contas que representam os bens de posse e uso da empresa.

Para Marion (2009, p. 70), no Ativo imobilizado estão os bens corpóreos (palpáveis) destinados a manutenção da atividade principal da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle de bens. Os bens que auxiliam a empresa na consecução de sua atividade pertencem ao imobilizado: máquinas, equipamentos, prédios (em uso), ferramentas, móveis e utensílios, instalações, veículos etc.

Conforme o Pronunciamento técnico CPC 27 (2014, p. 3), o ativo imobilizado é o objeto tangível que “é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e se espera por utilizar por mais tempo de um período”. O montante de um item do ativo imobilizado é admitido como ativo se, e apenas se “for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente” CPC 27, 2014, p. 3)

Segundo Pereira e Araújo (2006, p. 22), o ativo imobilizado é o agrupamento de bens designados à manutenção do funcionamento econômico da empresa, seja na produção de riquezas, controle e administração destes. Um ativo imobilizado pode ser classificado por classes, ou seja, bens de natureza e uso semelhantes, como por exemplo, um terreno, edifício e construções, móveis, máquinas, entre outros.

Ainda de acordo com a Lei Nº 6.404, de dezembro de 1976, Art. 179, destaca que as contas serão classificadas do seguinte modo,

- I - No ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;
- II - No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;
- III - Em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;
- IV – No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à

companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.638, DE 2007)

Grande parte das informações que constituem o ativo imobilizado, apresentam um tempo de vida útil determinado, onde essa limitação é determinada pela depreciação.

2.1.1 Depreciação

A depreciação é a redução de um valor de um ativo utilizado, durante seu tempo de uso. Para Coelho (2020, p. 23), depreciação é uma despesa não relacionada a dinheiro, que reduz o valor de um ativo ao longo do tempo.

Segundo Iudícibus (2008, p. 28), a depreciação é a “perda da capacidade (pelo desgaste ou pela deterioração tecnológica) daqueles ativos de produzirem eficientemente”. Tem-se o valor líquido que devem aproximar-se do valor daqueles ativos em termos de potencial capaz de trazer benefícios futuros a empresa.

Os ativos imobilizados apresentam um período de vida útil limitado, “a vida útil é representada pela figura da depreciação, que é a aplicação do custo do imobilizado de forma metódica nos exercícios que forem favorecidos pelo seu uso, por toda extensão da sua vida útil” (CPC 27, 2013, p. 11).

Neste sentido, na depreciação deve ser feita periodicamente um cálculo que deve ser levado em consideração os valores que foram gastos na fabricação dos bens e assim, transferi-los para o resultado do período.

A depreciação ocorre por três motivos: (1) desgaste pelo uso, (2) ação do tempo e por (3) obsolescência. Desgaste pelo uso é quando o bem que está sendo utilizado para produção tem o seu desgaste, e não consegue trazer mais resultados que eram adquiridos quando em perfeito estado. A ação do tempo é quando o bem é exposto a variações atmosféricas. Obsolescência é em decorrência a novas tecnologias que são lançadas e o bem fica ultrapassado para utilização na produção.

Observando a implicação do uso destas interpretações que podem trazer ao saldo final das empresas, faz-se necessário que as administrações adotem ao final de cada exercício, a implementação do Teste de Recuperabilidade – *Impairment Test*.

2.2 Impairment Test - Teste de recuperabilidade – CPC 01 R1

O Teste de Recuperabilidade designa constituir os ativos a seu valor recuperável (*Impairment*), eventualmente se os ativos estiverem avaliados a valor maior que aquele possível de ser renovado, aplicando-se conforme a NBC TG 01, aprovada por meio da Resolução CFC nº 1.292/10.

Impairment significa enfraquecimento, deterioração, dano. Em termos técnicos de tradução literal, *o impairment*, nada mais é a deterioração e desvalorização (OLINTO, 1999, p. 200).

Aludem alguns exemplos onde o teste de recuperabilidade já era utilizado,

Na verdade, esse teste se obriga, pela doutrina contábil, a ser feito para todos os ativos, sem exceção alguma. E essa regra é muito antiga, apenas vinha, aparentemente, sendo “esquecida” em certas circunstâncias. Por exemplo, a regra da redução das contas a receber a seu valor provável de realização (redução pelas perdas esperadas no recebimento – antiga Provisão para Devedores Duvidosos), é fruto da figura do teste de recuperabilidade. A regra antiquíssima de “custo ou mercado, dos dois o menor”, para os estoques, também é regra do teste de recuperabilidade. A própria depreciação é nascida visando a redução dos ativos imobilizados em função da perda da capacidade de recuperação do valor envolvido pelo processo de vendas destes ativos etc. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 235).

O valor corrigível de um ativo imobilizado é constatado aferindo dois valores, o valor líquido da venda e o valor de uso do ativo, destes dois valores, o maior é o recuperável. Por casualidade, se este valor líquido de venda não possa ser determinado, a instituição será capaz de considerar o valor em uso como o valor recuperável.

O valor em uso, segundo elucidação da Resolução CFC nº 1.292/2010, que outorgou a NBC TG 01, a qual aborda acerca da redução ao valor recuperável de ativos, é “o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devam advir de um ativo ou de uma parte geradora de caixa”.

O cálculo do valor em uso implica nas prováveis entradas e saídas de caixa, resultantes do uso dos ativos e a utilização da taxa de descontos a tais fluxos de caixa. Ao aferir o valor em uso, a instituição deve distinguir os fluxos de caixa com informações e critérios que demonstram essas estimativas, fundamentar essas projeções nos prognósticos ou nos orçamentos financeiros usuais e calcular estes fluxos de caixa para além do período contido pelas previsões ou orçamentos. A taxa de desconto operada para movimentar os fluxos de caixa a valor presente, deve retratar as avaliações de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos para estes ativos (RESOLUÇÃO CFC, nº 1.292/2010).

A NBC TG 01, designa que as instituições atribuem avaliar no mínimo ao final de cada exercício social se há alguma indicação que o ativo tenha se desvalorizado. “Quando o valor recuperável de um ativo (maior entre valor justo líquido e valor em uso) for menor que seu valor contábil, o valor contábil deverá ser reduzido para aquele valor recuperável e essa redução é contabilizada com uma perda” (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 151).

De acordo com Lemes e Carvalho (2010), a instituição terá que avaliar a cada exercício social se há indícios da necessidade de calcular o seu valor recuperável e mesmo que não haja indícios, um ativo incorpóreo que tenha vida útil imprecisa ou que não se encontra à disposição para uso, o *goodwill* obtido em uma conjunção de negócios carecem de serem testados anualmente.

O teste de recuperabilidade é regulamentado pela Lei nº 6.604/1976, art. 183, nele descreve os critérios que a entidade deverá usar para avaliar os elementos do ativo.

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – Registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638 de 2007)

II – Revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638 de 2007)

Nesse sentido, a entidade percebendo que o Ativo foi registrado por um valor superior ao recuperável, deverá reconhecer as perdas. E a perda pela diminuição do valor poderá ser revertida consideravelmente em algumas ocasiões, pois, poderá ter diminuído ou até mesmo não existir mais.

A finalidade do teste de recuperabilidade é apresentar de forma adequada o valor efetivo de realização de um ativo, sendo ele pelo valor de mercado ou o valor de uso.

2.2.1 Valor contábil x Valor recuperável

Valor contábil é a quantia pelo qual é registrado um bem ou serviço nas contas patrimoniais das empresas.

Valor contábil “é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajustes para perdas” (CPC 01, 2010, p. 6),

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2018), o valor contábil “é a quantia pela qual um ativo ou passivo está registrado na contabilidade da empresa”. O CFC (2018) continua, “ele considera a depreciação acumulada deste item e as provisões para perdas por redução a valor recuperável”. Em suma, o valor contábil é aquele pelo qual foi reconhecido o fato no Balanço patrimonial da empresa.

Já o valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso. De acordo com o CPC 01 (2010, p. 6), valor recuperável “de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior montante entre seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso”.

Segundo Iudícibus, (2010, p. 22), “o valor recuperável do ativo é mensurado com sustentação no valor contábil líquido, valor notado contabilmente decrescido das depreciações acumuladas e/ou possíveis perdas por provisões.” Assim sendo, o valor contábil líquido não poderá ser maior ao valor recuperável, senão, mensura-se a perda.

“O objetivo do teste de recuperabilidade é assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou grupo de ativos de longo prazo não seja superior ao seu valor recuperável, sendo este último o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso” (MAGALHÃES; SANTOS, et al., 2010, p. 348).

Isto posto, conclui-se que nenhum ativo de longo prazo encontra-se lançado nos livros contábeis por um montante excedente ao recuperado no tempo por utilização nas atividades da empresa ou em uma condicional de venda (IUDICIBUS, 2010).

Para Souza, Borba e Alberton (2009, p. 13), “a finalidade do teste de recuperabilidade é verificar a capacidade de geração de benefícios de um ativo, ou grupo de ativos, visando adequá-lo ao seu provável valor recuperável”.

2.2.2 Mensuração do Valor Recuperável

O Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC 01), estabelece que a instituição deva mensurar, na data do balanço patrimonial, se há ou não indicativo de que um ativo ou grupos do mesmo encontram-se submetidos à perda ou desvalorização do seu valor recuperável. Se assim houver, deve-se programar o teste de recuperabilidade.

Havendo este reconhecimento por parte da instituição, o CPC 01 elucida que deve se mensurar o valor recuperável que é estabelecido pelo maior valor líquido de venda ou seu valor em uso. Cabe explicar que, devido as invariáveis sofridas pelo mercado e a instituição, continuamente, percebe-se a obrigatoriedade de reorganização para corresponder a tais mudanças.

Se constatar indícios de desvalorização, a instituição deverá levar em consideração, no mínimo, algumas indicações de informações externas e internas.

Por exemplo:

- I. Há indícios perceptíveis de que o valor de mercado reduziu expressivamente no decorrer do período, mais do que se esperaria de resultado de fato pelo tempo ou uso normal;
- II. Alterações expressivas com resultado adverso sobre a instituição transcorreram no período, ou ocorrerão futuramente, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, onde a instituição opera ou no mercado em que o ativo é utilizado;
- III. Análise das taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tiveram acréscimo no período, esses acréscimos afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de uso do ativo que diminuirá o valor recuperável do ativo;
- IV. O valor contábil do patrimônio líquido é maior que o valor das suas ações imposta no mercado;
- V. Vestígio disponível da redução da vida útil ou de avaria física de um ativo;
- VI. Alterações com efeito contrário sobre a instituição, ocorreram durante o período, ou futuramente irá ocorrer na aplicação como o ativo será utilizado;
- VII. Indicadores disponíveis, derivados de relatórios internos, que demonstrem a performance econômica de um ativo se é ou será inferior ao esperado.

Comportando a desvalorização, a instituição diminui o ativo a este valor através da conta credora, semelhante a redução do ativo por meio das depreciações, amortização e exaustão acumulada, reconhecendo a perda devidamente no resultado do período. Observando que todas as alterações sofridas no ativo, ou grupos de ativos, através do teste de recuperabilidade, deverão ser informadas e especificadas em notas explicativas IUDÍCIBUS (2013).

Para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, as empresas tributadas pelo Lucro Real, devem seguir a finco o que diz a Lei nº 11.941/2009, em seu art.15, fiscalmente, as despesas relacionadas ao teste de recuperabilidade registradas no resultado do período, não reverbera efeito fiscal para determinação do lucro real e base de cálculo da contribuição sobre lucro líquido, sendo assim, uma despesa não dedutível para fins de IRPJ e CSLL, pelas empresas submetidas ao lucro real.

3 METODOLOGIA

O intuito do trabalho é entender todas as perspectivas de métodos em que se baseiam, a fim da realização do Teste de Recuperabilidade de uma entidade.

Neste sentido, são apresentados métodos de estudos que buscam o propósito de compreender e transmitir o conhecimento para o leitor. “Metodologias são práticas e procedimentos que tem por finalidade viabilizar a execução da pesquisa, obtendo-se como resultado um novo produto, processo ou conhecimento” (JUNG, 2004, p. 151).

A maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia para a experimentação, coleta de dados e análise (KERLINGER (1980, p. 94). Nesse sentido a abordagem que foi realizada como descritiva, visa características e fenômenos entre as relações variáveis.

Para Gil (2002, p, 42), “a pesquisa descritiva vai além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação.” Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

O estudo se baseia nos dados publicados pela empresa Braskem S.A que está listada na Bolsa de Valores (BM&FBOVESPA). A fim de demonstrar a análise que será feita em torno do Teste de Recuperabilidade da empresa mencionada que se encontra na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Neste sentido, para realização do devido estudo foi utilizada a empresa Braskem S.A do setor de Materiais Básicos. Setor que é de extrema importância para a produção de insumos, materiais de infraestrutura e siderúrgicas. A Braskem S.A, sendo uma empresa como Nível 1, que nesse segmento visa prestar mais informações ao mercado, além das que informações que são exigidas por lei. Através de análises de todas as demonstrações financeiras disponibilizadas no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020.

Para análise dos dados apresentados ao final de cada exercício pela empresa estuda, foi observado a confrontação entre o valor contábil de um Ativo com seu valor recuperável.

No Quadro 1 é possível observar o esquema em detalhes de como é o processo para ser feito o teste de recuperabilidade.

Quadro 1: Teste de recuperabilidade



Fonte: Estratégia Concursos

O valor contábil do montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois de toda dedução e depreciação. Valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso.

4. IMPAIRMET TEST - TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS – ESTUDO DE CASO NA EMPRESA BRASKEM S.A

O estudo se fundamenta na verificação da aplicação do Pronunciamento Técnico Contábil- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo, correspondente a norma internacionalmente IAS- 36 (Normas Internacionais de Contabilidade), hoje conhecidas como IFRS (Normas Internacionais de Relatório Financeiro), se expôs indícios na administração dos resultados, acerca das demonstrações financeiras de cada empresa que estão listadas na bolsa de valores (B3), a fim de averiguar, quais evidenciaram perda por redução a valor recuperável de ativos.

Foram analisadas as demonstrações financeiras da empresa Braskem S.A, distribuída no setor, conforme Quadro 2, de forma que se utilizaram da fundamentação do CPC 01 – Redução a Valor Recuperável do Ativo, para reconhecer as perdas/ou reversão de recuperabilidade dos ativos no período analisado.

Quadro 2: Distribuição das empresas por setor de atuação/reconhecimento das perdas.

#	Setor de Atuação	Empresas	Empresas reconheceram Perdas
1	Materiais Básicos	Braskem	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores

A avaliação da perda por redução a valor recuperável das unidades geradores de caixa, incluindo ativos intangíveis, foram analisadas de acordo ao desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração da empresa relacionada, com a análise do valor recuperável, feita através das divulgações requeridas das demonstrações financeiras e notas explicativas consistentes com as informações e representações obtidas da empresa aos seus investidores. Nos Anexos 1, 2, 3 e 4, as demonstrações financeiras da empresa Braskem S.A e suas Notas Explicativas sobre a conduta do reconhecimento das perdas no resultado do exercício. Atualmente, ou quando houver alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores em que o saldo contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida poderá não ser recuperável. Essa análise é efetuada para verificar se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da companhia e consequente a recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial e tecnológica.

A Braskem S.A considerou como pontos relevantes e que são observados nessa análise: (I) possibilidade de excesso de oferta dos produtos fabricados pela Companhia ou de redução significativa de demanda em razão de fatores econômicos diversos; (II) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos; (III) custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise, a obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; (IV) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos. Para essa análise, a companhia conta com equipe própria que tem uma visão estratégica do negócio. Caso as variáveis citadas indiquem riscos significativos para a geração de caixa, a Administração da Braskem faz o teste de recuperabilidade nos moldes operados pela companhia, seguindo a conformidade do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC 01).

Os testes de redução a valor recuperável foram utilizados no agrupamento dos ativos em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Os testes foram respaldados na eminência de geração de caixa em cada UGC ou seus grupos de UGCs, informações estas retiradas do plano de negócios que a companhia opera para 5 anos, e seu plano de Administração para 5 anos futuros, informada na Nota Explicativa 3.2.1 (Anexo 4), para refletir os padrões dos setores produtivos. No teste também é calculada a continuidade com base na visão de longo prazo, trazendo os fluxos de caixa a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC).

De acordo com as tratativas que a Companhia estabelece para a recuperabilidade dos ativos e seguindo o Pronunciamento (CPC 01), a empresa identificou no ano de 2020, não houve indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos no fim do exercício em 31 de dezembro.

Assim, os resultados a valor recuperável dos ativos na Companhia Braskem S.A, no fim do exercício em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade, *impairment test*, através do método de valor em uso (fluxo de caixa descontado). Os ágios existentes foram apurados de acordo com os critérios definidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, antes da adoção dos CPCs e IASb, e representam a diferença positiva entre os valores pagos e os patrimônios líquidos das empresas adquiridas. Esses ágios foram amortizados até dezembro de 2008. A partir de 2009, tem sido submetido anualmente ao teste de recuperabilidade de ativos, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Impairment Test Braskem/Unidade Gerado de Caixa (UGC)

	Ágios alocados	Valor recuperável	Valor contábil (i)	FC/Valor contábil
UGC				
Pólo Petroquímico Nordeste	475.780	14.846.391	3.540.498	4,2
Pélo Petroquímico Sul	1.390.741	32.417.808	4.583.414	7,1
Vinílicos	192.353	2.168.594	2.073.351	1,0

(i) O valor contábil inclui, além dos ágios, os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil, definida e o capital de giro.

Fonte: <https://www.braskem.com.br/RI/relatorios-anuais>

As principais premissas utilizadas para a projeção de fluxo de caixa estão relacionadas a projeção de indicadores macroeconômicos, preços internacionais, demandas globais e locais, nos países onde a Braskem possui plantas produtivas.

Os indicadores macroeconômicos são fornecidos por uma consultoria de grande reconhecimento no mercado e englobam itens tais como: taxas de câmbio, inflação, taxas de juros, dentre outras.

Os preços dos principais produtos petroquímicos são obtidos a partir da projeção preparada por consultoria especializada, que é revisada e complementada com base na experiência da Administração. Todavia, os valores finais levam em consideração reuniões em comitês internos específicos e o conhecimento de especialistas da Companhia na elaboração das referências para cada mercado. Em sua maioria, para o período projetado, os preços elaborados internamente passaram por nova revisão em relação àqueles originalmente projetados pela consultoria internacional.

Assim como os preços, as demandas globais também são contratadas de uma consultoria específica e, nos mercados onde a Companhia atua mais diretamente, são consideradas variáveis adicionais para a composição da demanda local.

4.1. Resultados e Análise

A Companhia apresentou *Impairment Test*, na unidade geradora de caixa, em suas contas a receber de clientes. Onde, o prazo de recebimento da UGC é em média 30 dias, que corresponde o valor dos títulos a seu valor justo, utilizado para o fim. A Companhia entende que as perdas de liquidação duvidosa que hão de acontecer são consideradas o suficiente para cobrir eventuais perdas das contas a receber, conforme a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Demonstração financeira / Ativo - Contas a receber / Braskem S.A
A tabela abaixo demonstra a PECLD da Companhia para cada estágio:

		Percentual de perda estimada	Consolidado		Controladora	
			Contas a receber	PECLD	Contas a receber	PECLD
Estágio 1 (Performando)	Risco da operação 1	Risco mínimo	2.976.880		1.529.250	
	Risco da operação 2	Risco mínimo	1.121.976		843.135	
	Risco da operação 3	0,80%	577.145	4.617	326.468	2.612
	Risco da operação 4	1,65%	55.033	908	33.707	556
			4.731.034	5.525	2.732.560	3.168
Estágio 2 (Aumento Significativo de Risco de Perda)	Riscos da operação 1 e 2	Risco mínimo	20.619		3.793	
	Riscos da operação 3 e 4	20,00%	2.812	562	872	174
	1ª Renegociação menor ou igual a 24 meses	25,00%	1.273	318	1.273	318
	90 a 180 dias	30,00%	8.393	2.518	1.683	505
			33.097	3.398	7.621	997
Estágio 3 (Não performance de pagamento - Indicativo de impairment)	Risco da operação 5	100%	12.675	12.675	6.349	6.349
	Acima de 180 dias	100%	10.797	10.797	7.470	7.470
	Jurídico	100%	140.612	140.612	126.207	126.207
			164.084	164.084	140.026	140.026
Total			4.928.215	173.007	2.880.207	144.191

A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo da provisão no início do exercício	(229.323)	(233.625)	(215.136)	(217.739)
Provisões do exercício	(65.571)	(59.885)	(28.808)	(40.326)
Reversões do exercício	28.563	45.501	6.716	24.773
Baixa de títulos considerados incobráveis	93.324	18.686	93.037	18.156
Saldo da provisão no final do exercício	(173.007)	(229.323)	(144.191)	(215.136)

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Títulos a vencer	4.368.714	2.001.326	2.515.124	1.785.319
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	396.953	318.852	135.268	112.100
De 91 a 180 dias	6.272	15.368	74.261	14.132
A partir de 180 dias	156.276	200.428	155.554	188.628
	4.928.215	2.535.974	2.880.207	2.100.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(173.007)	(229.323)	(144.191)	(215.136)
Total da carteira de clientes	4.755.208	2.306.651	2.736.016	1.885.043

Fonte: Braskem (2021)

Conforme o Estágio 3 da Tabela 1, a companhia evidencia os ativos financeiros das contas a receber, quando há deterioração de risco do crédito do cliente, ela coloca-os ao *Impairment Test*, onde o motivo precedente para o mesmo, são atrasos dos títulos acima de 180 dias.

A empresa movimentou em seus relatórios administrativos de Perdas por PECLD um valor negativo de (173.007) PECLD, registrando parte deste resultado como redução ao valor

recuperável de contas a receber e outros de clientes, na Demonstração do Resultado do Período no valor de (55.252) negativo, conforme o Anexo 2 (D.R.E), Demonstração do Resultado do Exercício e Anexo 3 (D.F.C) Demonstração do Fluxo de Caixa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de novos procedimentos contábeis, as várias mudanças, com a chegada da Lei 11.638/7 e 11.941/9, que alterou a Lei 6.404/76, estruturando o sistema contábil. A concordância de adequação da contabilidade brasileira com as normas internacionais e juntamente com o CPC 01 – Redução a Valor Recuperável dos Ativos e o CPC 27 – Ativo Imobilizado, trouxeram um parâmetro contábil mais eficaz nas informações e critérios minuciosos para o gerenciamento das informações e padronização do sistema contábil das instituições. O trabalho viabiliza elencar os procedimentos para a mensuração do Teste de Recuperabilidade de Ativos, *impairment test*, e sua importância nas informações financeiras das companhias. Visando clareza nas demonstrações contábeis e compreendendo-as com mais facilidade.

No estudo foram utilizados os dados financeiros da empresa Braskem S.A, onde foram apresentações de forma coerente a implementação do Pronunciamento Contábil (CPC 01) – Redução a valor recuperável dos Ativos. Sendo admissível refinar os conhecimentos através da literatura aplicada, empregando o teste de recuperabilidade e detectando se houve ou não ajustes de perdas e seu impacto na UGCs.

O presente trabalho foi analisado em cima dos dados financeiros da empresa no setor de Materiais Básicos da lista na Bolsa de Valores do Brasil, com base nos relatórios financeiros anuais expostos aos seus investidores, onde se aplicou o teste de recuperabilidade nas Unidades Geradoras de Caixa dos Ativos (UGCs). Observando-se a importância por parte da empresa desse estudo, para fins gerenciais e o zelo de ter o controle de seus Ativos.

Com a aplicabilidade do Teste de Recuperabilidade foi elencado a mensuração da desvalorização a valor recuperável do ativo, que é frisado durante a composição do trabalho, que ocorre quando o valor recuperável calculado de um ativo é menor que o seu valor contábil, registrando a perda a valor recuperável do ativo na demonstração do Resultado do Exercício.

A Braskem S.A apresentou como Perda de desvalorização do Ativo de clientes um montante de (55.252) negativo em suas demonstrações financeiras. Perdas essas, relacionadas a títulos não recebíveis acima de 180 dias de atraso.

Conclui-se que o *Impairment Test* ou Teste de Recuperabilidade é uma temática de muita relevância e benefício de ambas as partes, outrora e a empresa Braskem S.A, prestando a refinar os conhecimentos teóricos alusivos, permitindo um aprendizado prático sobre o seu Grupo e Ativo, constata-se que as companhias têm explorado cada vez mais a capacidade de melhorar as informações prestadas. As demonstrações financeiras e as Notas Explicativas da companhia Braskem S.A atestam essa legalidade.

Os valores recuperáveis e sua perda mensurada vide Anexo 2 (D.R.E) Demonstração do Resultado do Exercício, evidenciam uma suavização no período. Apesar que, a companhia não evidenciou de forma sucinta e completa as informações determinadas no CPC 01 (R1). As informações de divulgação explanadas exigem mais detalhamentos das informações a serem prestadas, informações essas, necessárias para um bom entendimento, tanto para os resultados do teste, como para o processo de desenvolvimento do mesmo.

A companhia passou dados resumidos como o valor justo, o índice utilizado para a mensuração do teste, o ativo de clientes, como unidade geradora de caixa que se fez necessário praticar o *Impairment*. Dados esses, sintéticos, abrangendo uma parte menor do processo do teste de recuperabilidade.

Por fim, os dados sintéticos utilizados, somente evidenciou se houve o teste de recuperabilidade e sua mensuração perante as demonstrações financeiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOVESPA. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. **Ações**. 2021. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 02 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm. Acesso em: 02 mai. 2021.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado**. Brasília-DF, 26 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 02 mai. 2021.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 01: Redução do valor Recuperável de Ativos**. Brasília-DF, 26 jun. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 02 mai. 2021.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010.** Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). Publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2010.

GUERRA, Luciano. **A nova Contabilidade:** convergência ao padrão internacional. São Paulo: Atlas, 2013

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial:** atualizado conforme a Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al., **Manual de Contabilidade Societária:** Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicáveis às demais sociedades):** rumo às normas internacionais. 2.ed – 2. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2013.

MAGALHÃES, Fernando Alberto Schwartz de; SANTOS, Roberto Cesar; COSTA, Fábio Moraes da. **IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos.** In: RENEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade.2.** Ed.São Paulo: Atlas, 2010

MARION, Jose Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. Atualizada conforme a lei nº 11.638/07 e MP 449/08 (Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC). 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos et al., **Mudanças nas Demonstrações Contábeis:** Projeto nº 3.641 e anteprojeto de reforma da lei das sociedades anônimas. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NETTO, A. A. O. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 2. ed., Florianópolis: Visual Books, 2006.

OLINTO, Antonio. **Minidicionário Antonio Olinto:** Inglês - Português - Português Inglês. 3º Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; ALBERTON, Luiz. Divulgação da perda por impairment em empresas auditadas pelas Big Four. **Pensar Contábil,** Rio de Janeiro, v.11, n.46, p.12-19, dez. 2009.

SOUZA, Abel Damas de; LORANDI, Joisse Antonio. Perda no valor recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis. In: 6º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2015.

TAVARES, M. F. N.; RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. G.; VASCONCELOS, M. T. C.; PEDERNEIRAS, M. M. M. Um Estudo Sobre o Nível de Conformidade dos Setores Classificados pela Bovespa com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2010.

Anexo 1: Balanço Patrimonial Braskem S.A/Exercício 2020.

Braskem S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.862.852	6.803.880	8.377.511	2.389.438
Aplicações financeiras	6	3.627.227	1.687.504	3.540.280	1.628.275
Contas a receber de clientes	7	4.731.979	2.285.750	2.717.369	1.864.142
Estoques	8	8.383.650	7.625.084	6.191.167	5.499.907
Tributos a recuperar	10	1.192.665	1.238.011	1.148.263	1.010.833
Imposto de renda e contribuição social	22(a)	1.547.916	439.933	345.174	352.789
Dividendos e juros sobre capital próprio		165	3.074	4.463	7.683
Despesas pagas antecipadamente		344.867	115.096	241.131	86.964
Derivativos	20.3.1	33.769	4.712	33.765	4.712
Bloqueio judicial	26		2.571.683		2.571.683
Outros ativos		465.154	614.827	328.687	303.154
		34.190.244	23.389.554	22.927.810	15.719.580
Não circulante					
Aplicações financeiras	6	15.564	9.708		
Contas a receber de clientes	7	23.229	20.901	18.647	20.901
Estoques	8	18.036	16.325	1.256	16.325
Tributos a recuperar	10	1.072.737	2.257.718	813.902	2.257.483
Imposto de renda e contribuição social		72.267	239.847	72.267	239.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	8.529.972	2.662.596	6.536.701	1.607.417
Depósitos judiciais	26	196.911	1.508.880	186.140	1.498.056
Derivativos	20.3.1	34.091	17.877	34.091	17.877
Outros ativos		227.480	258.865	161.407	192.573
Investimentos	11	43.153	63.843	17.640.426	11.763.622
Imobilizado	12	35.929.149	32.315.181	14.782.471	15.342.157
Intangível	13	2.828.691	2.762.088	2.516.881	2.521.180
Direito de uso de ativos	14	2.902.395	2.605.654	1.540.206	1.561.877
		51.893.675	44.739.483	44.304.395	37.039.315
Total do ativo		86.083.919	68.129.037	67.232.205	52.758.895

Braskem S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

Continuação

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	15	9.946.315	9.116.989	10.361.070	9.207.870
Financiamentos	16	1.318.931	774.924	173.729	146.395
Financiamentos Braskem Idesa	17	7.660.128	744.408		
Debêntures	18	54.436	46.666		
Derivativos	20.3.1	592.251	49.251	470.364	43.187
Salários e encargos sociais		814.566	623.723	567.789	475.768
Tributos a recolher	21	952.689	322.886	848.931	294.572
Imposto de renda e contribuição social		284.129	34.856	194.791	33.111
Dividendos		5.456	6.502	2.633	3.804
Adiantamentos de clientes		287.449	355.764	96.979	288.585
Acordo de leniência	25	397.036	362.719	397.036	362.719
Provisões diversas	23	362.407	203.134	279.702	141.319
Contas a pagar a empresas ligadas	9(b)			1.200.983	748.378
Outras obrigações		466.341	930.638	187.363	335.449
Provisão de gastos Alagoas	26	4.349.931	1.450.476	4.349.931	1.450.476
Outros passivos financeiros	20.2		516.933		516.933
Arrendamento mercantil	14(b)	895.109	676.291	540.715	447.106
		28.387.174	16.216.160	19.672.016	14.495.672
Não circulante					
Fornecedores	15	7.233	3.837	7.233	3.837
Financiamentos	16	40.413.192	28.242.052	4.220.039	3.501.908
Financiamentos Braskem Idesa	17	4.399.110	9.237.318		
Debêntures	18	181.679	227.901		
Derivativos	20.3.1	558.913	169.513	454.078	148.574
Tributos a recolher	21	1.370	129.353	1.370	129.353
Contas a pagar a empresas ligadas	9(b)			34.769.612	22.998.330
Mútuo de acionista não controlador da Braskem Idesa	9(a)	3.222.493	2.395.887		
Imposto de renda e contribuição social		576.174		576.174	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	1.234.398	273.036		
Benefícios pós-emprego	27.2	472.074	389.075	217.089	224.852
Adiantamentos de clientes		382.478			
Provisão para perda em controladas				571.952	376.074
Contingências	24.1	1.151.087	1.151.524	1.137.567	1.142.228
Acordo de leniência	25	1.077.314	1.379.549	1.077.314	1.379.549
Provisões diversas	23	511.801	302.072	476.316	274.549
Provisão de gastos Alagoas	26	4.825.846	1.932.591	4.825.846	1.932.591
Outras obrigações		235.324	133.858	186.240	91.408
Arrendamento mercantil	14(b)	2.312.777	2.000.605	1.241.665	1.174.672
		61.563.263	47.968.171	49.762.495	33.377.925
Patrimônio líquido					
Capital social	28	8.043.222	8.043.222	8.043.222	8.043.222
Reservas de capital			232.472		232.472
Reservas de lucros			1.905.255		1.905.255
Ágio na aquisição de controlada sob controle comum		(488.388)	(488.388)	(488.388)	(488.388)
Outros resultados abrangentes		(5.177.889)	(4.757.539)	(5.177.889)	(4.757.539)
Ações em tesouraria		(49.704)	(49.724)	(49.704)	(49.724)
Prejuízos acumulados		(4.529.547)		(4.529.547)	
Total atribuível aos acionistas da Companhia		(2.202.306)	4.885.298	(2.202.306)	4.885.298
Participação de acionistas não controladores em controladas		(1.664.212)	(940.592)		
		(3.866.518)	3.944.706	(2.202.306)	4.885.298
Total do passivo e patrimônio líquido		86.083.919	68.129.037	67.232.205	52.758.895

Anexo 2: Demonstração do Resultado do Exercício Braskem S.A./Exercício 2020

Braskem S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas e serviços	30	58.543.494	52.323.525	39.914.394	37.739.425
Custo dos produtos vendidos	34	(47.331.414)	(45.679.503)	(33.904.118)	(35.059.207)
Lucro Bruto		11.212.080	6.644.022	6.010.276	2.680.218
Receitas (despesas)					
Com vendas e distribuição	34	(1.852.055)	(1.783.455)	(983.098)	(1.036.408)
Redução ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	34	(55.252)	(7.069)	(45.911)	(4.882)
Gerais e administrativas	34	(1.918.747)	(2.224.180)	(1.213.301)	(1.639.806)
Pesquisa e desenvolvimento	34	(250.648)	(247.730)	(129.710)	(143.136)
Resultado de participações societárias	11(c)	(19.398)	10.218	3.052.991	2.174.965
Outras receitas	32	750.749	2.408.434	688.541	2.049.441
Outras despesas	32	(7.938.621)	(4.856.818)	(7.712.303)	(4.772.015)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		(71.892)	(56.578)	(332.515)	(691.623)
Resultado financeiro	33				
Despesas financeiras		(4.913.365)	(3.872.425)	(4.519.372)	(3.154.043)
Receitas financeiras		600.184	850.554	473.434	665.805
Variações cambiais, líquidas		(5.298.711)	(1.724.520)	(4.727.516)	(1.709.957)
		(9.611.892)	(4.746.391)	(8.773.454)	(4.198.195)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.683.784)	(4.802.969)	(9.105.969)	(4.889.818)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	22(a)	2.668.478	1.905.996	2.414.249	2.092.248
Prejuízo do exercício		(7.015.306)	(2.896.973)	(6.691.720)	(2.797.570)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		(6.691.720)	(2.797.570)	(6.691.720)	(2.797.570)
Participação de acionistas não controladores em controladas		(323.586)	(99.403)		
Prejuízo do exercício		(7.015.306)	(2.896.973)	(6.691.720)	(2.797.570)
Resultado por ação - básico e diluído - R\$	29				
Ações ordinárias		(8,4068)	(3,5146)	(8,4068)	(3,5146)
Ações preferenciais classe "A"		(8,4068)	(3,5146)	(8,4068)	(3,5146)
Ações preferenciais classe "B"		(8,4068)	(3,5146)	(8,4068)	(3,5146)

Anexo 3: Demonstração do Fluxo de Caixa Braskem / Exercício 2020

Braskem S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.683.784)	(4.802.969)	(9.105.969)	(4.889.818)
Ajustes para reconciliação do resultado					
Depreciação e amortização		4.048.081	3.632.265	2.403.123	2.373.094
Resultado de participações societárias	11(c)	19.398	(10.218)	(3.052.991)	(2.174.965)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		10.457.272	4.134.750	8.014.057	3.867.255
Provisão (reversão e recuperação de créditos), líquidas		336.838	120.823	332.738	118.193
Provisão acordo de leniência	25		409.877		409.877
Provisão do evento geológico em Alagoas	26	6.901.828	3.383.067	6.901.828	3.383.067
Créditos de PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	32	(310.557)	(1.904.206)	(310.557)	(1.904.206)
Redução ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes		55.252	7.069	45.911	4.882
Provisão para perdas e baixas de ativos de longa duração		8.794	225.204	(11.930)	218.625
		11.833.122	5.195.662	5.216.210	1.406.004
Variação do capital circulante operacional					
Depósitos judiciais - outros ativos financeiros	26	3.746.107	(3.680.460)	3.746.107	(3.680.460)
Aplicações financeiras		(1.860.827)	797.445	(1.836.202)	791.740
Contas a receber de clientes		(2.187.826)	895.046	(885.263)	94.702
Estoques		(252.534)	867.817	(583.772)	512.762
Tributos a recuperar		1.532.554	1.195.427	2.138.226	532.549
Despesas antecipadas		293.785	202.732	(154.167)	81.307
Demais contas a receber		397.103	(273.665)	109.569	(196.855)
Fornecedores		(3.001.564)	282.445	(710.499)	811.197
Tributos a recolher		449.761	(569.793)	423.054	206.946
Adiantamentos de clientes		198.988	197.965	(191.606)	155.583
Acordo de leniência	25	(349.842)	(341.605)	(349.842)	(283.571)
Provisões diversas		(145.355)	(215.548)	(156.953)	(222.609)
Demais contas a pagar		(1.366.118)	362.203	(1.048.423)	171.577
		9.287.354	4.915.671	5.716.439	380.872
Caixa gerado pelas operações					
Juros pagos		(2.736.821)	(2.238.445)	(390.711)	(306.852)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(257.542)	(411.951)	(69.840)	(124.905)
		6.292.991	2.265.275	5.255.888	(50.885)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais					
Recursos recebidos na venda de ativo imobilizado e intangível		33.140	12.590	22.677	12.120
Dividendos recebidos		4.822	3.513	140.524	18.931
Baixas (adições) ao investimento em controladas				271.417	(80)
Adições ao imobilizado e intangível		(2.759.789)	(2.682.522)	(1.438.703)	(1.572.977)
		(2.721.827)	(2.666.419)	(1.004.085)	(1.542.006)
Utilização de caixa em atividades de investimentos					
Dívida de curto e longo prazos					
Captações		13.049.459	20.586.103	2.997.926	2.866.264
Pagamentos		(8.734.505)	(17.425.409)	(3.050.309)	(1.621.572)
Financiamentos Braskem Idesa					
Captações			3.497.622		
Pagamentos		(905.210)	(4.398.453)		
Partes relacionadas					
Captações				5.493.922	3.596.070
Pagamentos				(2.765.793)	(2.397.890)
Pagamento mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa		(37.618)			
Arrendamento mercantil	14	(662.068)	(454.190)	(404.962)	(310.758)
Dividendos pagos		(2.380)	(668.904)	(58)	(666.508)
Outros passivos financeiros	20.2	(534.456)	499.999	(534.456)	499.999
		2.173.222	1.636.768	1.736.270	1.965.605
Geração de caixa de financiamentos					
Variação cambial do caixa de controladas no exterior		1.314.586	20.619		
		7.058.972	1.256.243	5.988.073	372.714
Geração de caixa e equivalentes de caixa					
Representado por					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.803.880	5.547.637	2.389.438	2.016.724
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.862.852	6.803.880	8.377.511	2.389.438
		7.058.972	1.256.243	5.988.073	372.714
Aumento de caixa e equivalentes de caixa					

Anexo 4: Notas Explicativas Braskem / Exercício 2020

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração

às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma

3.2.1 Imposto de renda (“IR”) e contribuição social (“CSL”) diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é preparado pela Diretoria. Esse plano tem como principais variáveis projeções para os preços dos produtos fabricados pela Companhia, os preços das matérias-primas, crescimento do produto interno bruto de cada país onde a Companhia atua, variação cambial, taxa de juros, taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados. Na avaliação do plano, a Companhia utiliza como base seu desempenho histórico, o planejamento estratégico e projeções de mercado preparadas por consultorias externas especializadas, as quais são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração.

As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota 22(c).

3.2.2 Análise e teste de recuperabilidade

(a) Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Anualmente, ou quando houver alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores de que o saldo contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida poderá não ser recuperável. Essa análise é efetuada para verificar se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e a consequente recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial ou tecnológica.

A Companhia considera como pontos relevantes e que são observados nessa análise: (i) possibilidade de excesso de oferta dos produtos fabricados pela Companhia ou de redução significativa da demanda em razão de fatores econômicos adversos; (ii) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos; (iii) possibilidade do surgimento de novas tecnologias ou matérias-primas que possam reduzir significativamente o custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise, à obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; e (iv) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos. Para essa análise, a Companhia conta com equipe própria que tem uma visão estratégica do negócio. Caso as variáveis citadas indiquem riscos significativos para a geração de caixa, a Administração da Braskem faz o teste de recuperabilidade nos moldes descritos na Nota 3.2.2(b).

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Ao identificar se as entradas de caixa provenientes de um ativo (ou grupo de ativos) são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos (ou grupos de ativos), a entidade considera vários fatores, tais como: linhas de produto, localidades individuais e a maneira como a Administração toma decisões sobre a continuidade das operações da entidade.

(b) Ativo intangível com vida útil indefinida

Os saldos dos ágios oriundos de combinações de negócios são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Esses testes são fundamentados na projeção de geração de caixa em cada UGC ou grupos de UGCs, extraída do plano de negócios de 5 anos da Companhia, mencionado na Nota 3.2.1, e do plano da Administração para período superior a 5 anos para refletir padrões de ciclo do setor dos produtos, totalizando 10 anos de projeção. Também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”).

Os ágios e os resultados do teste de *impairment* estão apresentados na Nota 13(a) e (b).

(c) Perda por redução ao valor recuperável

Perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor /contábil do

ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Fonte: <https://www.braskem.com.br/RI/relatorios-anuais>

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu GABRIEL JONI TAVARES DA SILVA RA 31686

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a: DOUGLAS DA LUZ
LEONARDO VITOR

AUTORIZAÇÃO (X)

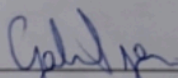
NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: IMPAIRMENT TEST - TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS DE ACORDO COM CPC 27

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: CONTÁBEIS . Modalidade afim TCC



Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, de _____ de 202__